



**PROJETO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
DAS FACULDADES INTEGRADAS DO VALE DO IGUAÇU
DE UNIÃO DA VITÓRIA – PARANÁ
2017 - 2019**



FACULDADES INTEGRADAS DO VALE DO IGUAÇU – UNIGUAÇU

Rua Padre Saporiti, 717 – Bairro Rio D´Areia

União da Vitória – Paraná

CEP. 84.600-000

Tel.: (42) 3522 6192

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UNIGUAÇU

Presidente da Mantenedora

Dr. Wilson Ramos Filho

Superintendência das Coligadas UB

Prof. Ms. Edson Aires da Silva

Direção Geral

Profª. Ms. Marta Borges Maia

Coordenação Acadêmica

Prof. Ms. Atilio Augustinho Matozzo

Secretaria Acadêmica

Mônica Wionzec de Souza

Secretaria de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão

Cassiana Maria Rocha

Coordenação do Curso de Administração

Prof. Ms. Jonas Elias de Oliveira

Coordenação do Curso de Agronomia

Prof. Ms. Zeno Jair Caesar Junior

Coordenação do Curso de Arquitetura e Urbanismo

Profª. Ms. Eliziane Cappeleti

Coordenação do Curso de Biomedicina

Profª. Ms. Janaína Ângela Túrmina

Coordenação do Curso de Direito

Prof. Sandro Marcelo Perotti

Coordenação do Curso de Educação Física

Prof. Dr. Andrey Portela

Coordenação do Curso de Enfermagem

Profª. Ms. Marly Terezinha Della Latta

Coordenação dos Cursos Engenharia Civil

Profª. Larissa Yagnes



Coordenação do Curso de Engenharia Elétrica
Prof. Claudinei Dozorski

Coordenação do Cur: Engenharia Mecânica
Prof. Ronaldo Quandt

Curso de Engenharia de Produção
Prof. Ms. Wellington da Rocha Polido

Coordenação do Curso de Farmácia
Prof^a. Ms. Silmara B. Hennrich

Coordenação do Curso de Fisioterapia
Prof^a. Ms. Giovana Simas de Melo Ilkiu

Coordenação do Curso de Medicina Veterinária
Prof. Ms. João Estevão Sebben

Coordenação do Curso de Nutrição
Prof. Esp. Wagner Osório de Almeida

Coordenação do Curso de Psicologia
Prof^a. Darciele Mibach

Coordenação do Curso de Serviço Social
Prof^a. Lucimara Dayane Amarantes

Coordenação do Curso de Sistemas de Informação
Prof. Ms. André Weizmann

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO 2018-2019

MEMBROS	SEGMENTOS QUE REPRESENTA
Marcos Joaquim Vieira (presidente)	Docente
Jefferson dos Santos	Docente
Stanley Thiel	Técnico-administrativo
Juliane Geisler	Técnico-administrativo
Giulio Tofol Serpa	Discente
Bruna Maria Paulik	Discente
Giovani Bona	Membro da sociedade civil e organizada
Valter Cano	Membro da sociedade civil e organizada



SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	05
1.1 HISTÓRICO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DAS FACULDADES INTEGRADAS DO VALE DO IGUAÇU.....	05
2 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	09
2.1 MISSÃO INSTITUCIONAL	15
2.2 DIRETRIZES PEDAGÓGICAS GERAIS DA INSTITUIÇÃO.....	15
3 OBJETIVOS DA AUTOAVALIAÇÃO	17
3.1 OBJETIVOS GERAIS.....	17
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	17
4 METODOLOGIA DA AUTOAVALIAÇÃO	19
4.1 SIMULADO “DIA E NOITE DA AVALIAÇÃO” COMO NOVO SUBSÍDIO PARA O PROCESSO AVALIATIVO.....	19
4.2 PRIMEIRA ETAPA DO CICLO AVALIATIVO: REPENSAR OS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO.....	25
4.3 SEGUNDA ETAPA DO CICLO AVALIATIVO: CONSTITUIÇÃO DA METODOLOGIA DE APLICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS AVALIATIVOS.....	26
4.4 TERCEIRA ETAPA DO CICLO AVALIATIVO: CAPTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS.....	27
4.5 QUARTA ETAPA DO CICLO AVALIATIVO: SOCIALIZAÇÃO DOS DADOS POR MEIO DE SEMINÁRIOS.....	28
5 CRONOGRAMA DA AUTOAVALIAÇÃO	29
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS	33



PROJETO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DAS FACULDADES INTEGRADAS DO VALE DO IGUAÇU DE UNIÃO DA VITÓRIA – PARANÁ

1 APRESENTAÇÃO

1.1 HISTÓRICO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DAS FACULDADES INTEGRADAS DO VALE DO IGUAÇU

A lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004, relativa à criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, institucionaliza a criação da Comissão Própria de Avaliação (CPA) no contexto das universidades brasileiras. Nas Faculdades Integradas do Vale do Iguaçu, o processo foi implantado a partir da publicação da lei e, desde então, serve como um subsídio para o desenvolvimento e melhora dos cursos, do quadro docente, bem como baliza os investimentos em infraestrutura, ensino, pesquisa, extensão e gestão.

A Avaliação Institucional faz com que a instituição, como um grupo coeso, reflita sobre as possibilidades de melhoria contínua da IES, levando em consideração as potencialidades, analisando os dados, buscando respostas e soluções para as fragilidades.

Para tanto, a CPA tem as seguintes atribuições:

- 1 – Implementar os procedimentos de avaliação institucional de acordo com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES);
- 2 – Conduzir os processos de avaliação e de autoavaliação das Faculdades Integradas do Vale do Iguaçu (Uniguaçu), sistematizando e apresentando as informações, de forma clara e objetiva, quando solicitado pelo Inep, ou órgãos superiores;
- 3 – Constituir e desenvolver grupos de trabalho para a realização de análises e desenvolvimento do Planejamento Estratégico da avaliação e autoavaliação



institucional, bem como criar um processo avaliativo interno das atividades de ensino-aprendizagem;

4 – Divulgar, junto à comunidade acadêmica e sua composição, a agenda de atividades, os informativos e as orientações sobre o processo de avaliação e autoavaliação, bem como a divulgação e análise dos resultados obtidos, realizando seminários de discussão com cada curso da IES;

5 – Coordenar e acompanhar os processos de avaliação externa da Instituição;

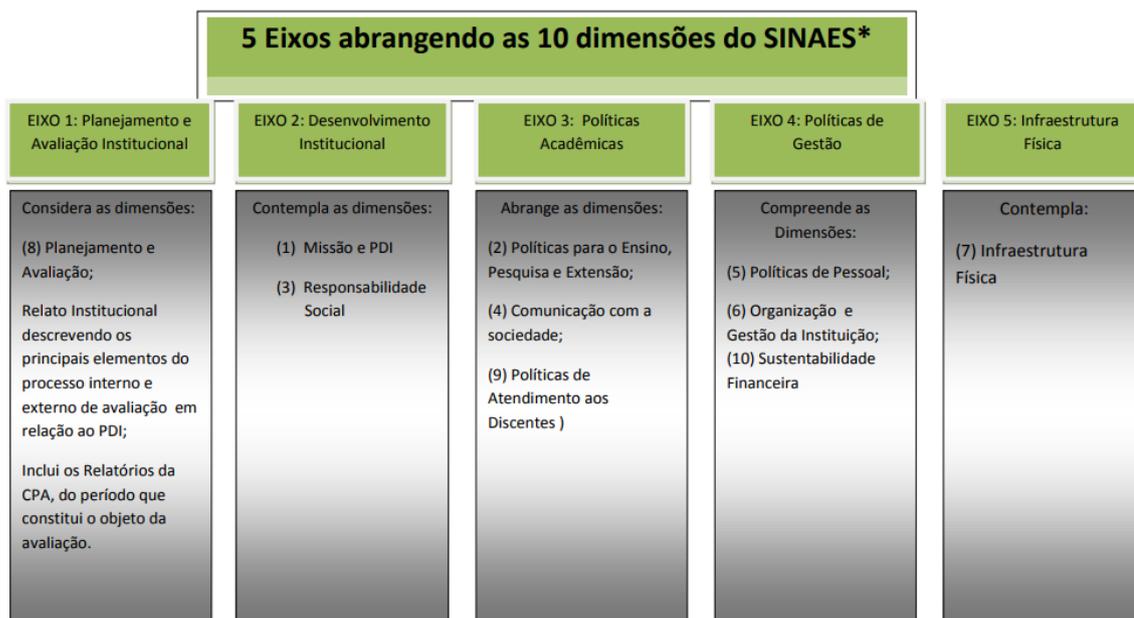
6 – Acompanhar a evolução do tema Avaliação do Ensino Superior junto ao MEC, no sentido de manter a instituição atualizada sobre esta discussão;

7 – Subsidiar o trabalho de avaliação dos cursos de graduação em consonância com os respectivos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE), também no que tange ao processo de ensino-aprendizagem;

8 – Acompanhar a avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação das Faculdades Integradas do Vale do Iguaçu no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE);

9 – Desenvolver um calendário de reuniões sistemáticas para acompanhar o desenvolvimento dos processos avaliativos das Faculdades Integradas do Vale do Iguaçu.

Com a criação da CPA, a qual desde seu início foi constituída por representantes de todos os segmentos da IES (corpo docente, corpo técnico administrativo, corpo discente) e por representantes da sociedade civil organizada, o processo de avaliação deve ser conduzido de forma global e integrada, permitindo uma visão ampla da instituição, garantindo unidade ao processo avaliativo por meio da análise das dimensões especificadas no Art. 3º da lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004. A partir da Nota Técnica nº 14/2014 – CGACGIES/DAES/INEP/MEC, o processo de autoavaliação e análise dos resultados passa a ser configurado em cinco eixos mantendo as dez dimensões, sendo assim representado:



Desde 2004 as autoavaliações são realizadas nas Faculdades Integradas do Vale do Iguaçu, gerando relatórios para análise, servindo como avaliação diagnóstica para o enfrentamento das fragilidades e fortalecimento das potencialidades.

A Comissão segue as finalidades apontadas no pelo Regimento da CPA, em seu Art. 5º:

- I – a construção e consolidação de um sentido comum de IES contemplando os aspectos sociais, políticos, filosóficos e éticos da ação e gestão educativa;
- II – a implantação de uma cultura de avaliação num processo reflexivo, sistemático e contínuo sobre a realidade institucional;
- III – a realização de um processo partilhado de produção de conhecimento sobre a IES, que torne possível a revisão e o aperfeiçoamento de práticas, tendo como referências o PDI e o PPI;



IV – a análise contínua da ação educativa buscando vê-la com clareza, profundidade e abrangência;

V – instalação de um sistema de informação e divulgação de dados ágil e preciso com a participação dos diferentes segmentos da IES garantindo a democratização das ações;

VI – contribuir na política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, de monitoria e demais modalidades, respeitando o Regulamento da Iniciação Científica da IES.

Para garantir que o processo de autoavaliação alcance todos os setores e áreas da Instituição, a Comissão Própria de Avaliação da Uniguaçu é formada por dois membros de cada área representativa, sendo que a composição atual segue a Resolução nº 001/2018:

Professor Marcos Joaquim Vieira (Presidente)

Professor Jefferson dos Santos

Técnico-Administrativo Stanley Thiel

Técnica-Administrativa Juliane Geisler

Acadêmico Giulio Tofol Serpa (Curso de Sistemas de Informação)

Acadêmica Bruna Maria Paulik (Curso de Nutrição)

Membro da Sociedade Civil Felipe Mendes Pacheco (Aposentado da Receita Estadual)

Membro da Sociedade Civil Valter Cano (Empresário)

A escolha dos membros discentes dar-se-á sempre por meio de eleições diretas, com períodos próprios para inscrição e eleição, bem como por indicação dos membros da CPA de membros da comunidade externa.



2 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu S.A., mantenedora das Faculdades Integradas do Vale do Iguaçu, iniciou suas atividades ao final do ano de 1999.

Após várias discussões, visitas *in loco*, atendimentos de diligências, foram credenciadas, em agosto de 2001, a Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de União da Vitória e a Faculdade de Ciências Exatas e Tecnológicas de União da Vitória. As atividades tiveram início no segundo semestre daquele ano, com os cursos de graduação em Administração com habilitação em Administração Pública, Agronegócios e Marketing, além do curso de graduação em Sistemas de Informação. No início do ano de 2002, foi credenciada a Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde de União da Vitória, e então autorizados os cursos de Nutrição, Educação Física, Enfermagem. No mesmo ano foi autorizado o curso de Fisioterapia. Com edição do decreto 3860/2001, tornou-se necessário a introdução como parte integrante do Projeto Institucional das Instituições de Ensino Superior, o seu planejamento estratégico, sintetizado no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. Assim, a Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e a Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde de União da Vitória, tiveram desenvolvidos seus PDIs, e os mesmos foram anexados, no sistema SAPIEns, em 16/04/2002.

A partir deste planejamento e compromissos assumidos, a Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu, definiu sua política de trabalho em consonância com as necessidades e expectativas gerais da sociedade local e em interface permanente com o mercado global.

Entendendo que é papel de uma boa educação, preparar indivíduos para compreender os impactos das novas tecnologias na cultura através da concepção de sociedade como um processo complexo e inacabado, onde valores e paradigmas



estão sendo permanentemente questionados, a instituição promove uma política de graduação teoricamente rigorosa, sólida e articulada organicamente a um projeto de sociedade e de educação.

Tomando como base o ensino de qualidade e os projetos desenvolvidos junto à comunidade mais carente da região, procura-se promover a criação e a execução de atividades acadêmicas, onde os conhecimentos e as atitudes essenciais à formação humana e profissional fossem consideradas. Os projetos pedagógicos da Instituição são configurados num conjunto de princípios que expressam a missão de servir como elemento de desenvolvimento e construção do saber, criando alternativas de soluções para os problemas postos pela sociedade.

Essas diretrizes norteadoras requerem ações que atendam as expectativas da sociedade e sejam adaptadas às realidades regionais. Diante disto, a Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu, quando da elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional referente à Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde de União da Vitória, período de 2002 a 2006, definiu em seu quadro de expansão a criação dos cursos de graduação de Farmácia, Serviço Social (autorizados no final de ano de 2003), e Odontologia para 2005. O Plano de Desenvolvimento Institucional referente à Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de União da Vitória, período de 2002 a 2006, definiu a criação do curso de Bacharelado em Direito para 2004. Após receber a visita da comissão de avaliadores para o curso de Direito e atender todas as diligências e complementos do PDI, a instituição aguardou pronunciamento do CNE, que se manifestou favorável à autorização do curso de graduação de Direito, fato que ocorreu em fevereiro de 2005.

Com a emissão da Portaria nº 7 de 19 de março de 2004, que dispõe sobre o Aditamento de PDI, a Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu, de acordo com o Artigo 1º da referida Portaria e tendo em vista o cumprimento dos compromissos assumidos junto ao MEC até então, promoveu modificações, considerando a



inclusão e exclusão de cursos. Desta forma, a solicitação do curso de graduação de Odontologia foi substituída, em Aditamento de PDI, pela solicitação do curso de graduação em Medicina Veterinária e o curso de Agronomia foi acrescentado, ao PDI, à proposta de expansão da Faculdade de Ciências Exatas e Tecnológicas (até então sem PDI aprovado).

Em maio do ano de 2005, a instituição recebeu a visita de comissão de especialistas no MEC para a verificação das condições existentes para a implantação dos cursos de Medicina Veterinária e Agronomia, exigindo, naquele momento, algumas providências para que os cursos fossem implantados. Essas providências foram tomadas de forma satisfatória e, em setembro de 2005, a comissão manifestou-se favoravelmente à oferta desses cursos.

A autorização dos cursos de Medicina Veterinária e Agronomia ocorreu no final do ano de 2005. Além desses cursos, também foram solicitadas as autorizações para os cursos de Biomedicina e de Educação Física (Bacharelado). O aditamento de PDI não foi realizado, conforme dispõe a portaria normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007. Os dois cursos foram autorizados no mês de dezembro de 2008.

Em 28 de agosto de 2009, foi solicitada a unificação das três faculdades mantidas; Faculdade de Ciências Exatas e Tecnológicas de União da Vitória (1793), Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de União da Vitória (1795) e Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde de União da Vitória (1927). A unificação se deu em 24 de dezembro de 2009, com a edição da portaria 1746, com o nome de Faculdades Integradas do Vale do Iguaçu, mantendo o código INEP 1927. Por ocasião da solicitação dessa unificação, foi anexado ao sistema SAPIEns (sistema vigente à época para processos de unificação de mantidas) um Plano de Desenvolvimento Institucional para o período 2009/2013. Como o processo tramitou paralelamente ao sistema e-MEC (que na época não dispunha de ferramenta para unificação de mantidas), tal PDI não foi vinculado a esse sistema. A que se considerar ainda, que uma das faculdades unificadas, a Faculdade de Ciências



Biológicas e da Saúde de União da Vitória, código INEP 1927, tinha processo de credenciamento tramitando no sistema e-MEC protocolado em 30 de outubro de 2007, com Conceito Institucional – CI igual 4, não concluído à época da unificação. Por entendimento da IES, esse processo também se aplicaria à nova faculdade, já que a unificação se daria nessa faculdade, extinguindo-se as demais (1793 e 1795). Entretanto, não foi este o entendimento da relatora do processo no CNE, que deu parecer favorável ao credenciamento da Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde de União da Vitória, apenas, ignorando essa unificação. Após nota técnica da Secretaria de Educação Superior, a qual concluiu equivocadamente que a Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde de União da Vitória havia sido extinta pela referida portaria de unificação das mantidas, o processo de credenciamento foi encaminhado ao CNE para reexame e, finalmente, foi arquivado. A conclusão desse processo foi que as Faculdades Integradas do Vale do Iguaçu são uma nova IES, credenciada em 2009. Sendo assim, em 2012, conforme legislação em vigor, a IES teve que solicitar o credenciamento da mesma, o que exigiu a elaboração de um novo PDI para o período 2013/2017.

Conforme PDI inserido no sistema SAPIEns, a nova instituição (unificada) deveria ter solicitado a autorização de 3 novos cursos: Psicologia em 2009, Engenharia de Produção em 2010 e Medicina em 2011. Embora essas solicitações estivessem previstas para esses anos, por questões de reavaliação de investimentos da mantenedora, dificuldades na aquisição de espaços destinados aos novos cursos, entre outras, a solicitação dos cursos de Psicologia e Engenharia de Produção ocorreu apenas em 2011. Dadas as dificuldades inerentes à autorização do curso de Medicina e após a realização de estudos envolvendo o corpo docente e técnico-administrativo, visando a elaboração do planejamento estratégico da instituição (em 2010), optou-se por não solicitar o mesmo, substituindo-se pela solicitação dos cursos de Engenharia Civil e Engenharia Mecânica, constituindo uma nova área de atuação da IES, suprimindo a demanda por



esses profissionais na região. Não houve aditamento do PDI, comunicando essa mudança, dado o fato de tal ferramenta não estar disponível em nenhum sistema eletrônico do MEC. O curso de Engenharia Mecânica foi autorizado em dezembro de 2012. Os demais cursos, com autorizações solicitadas, estão com processos em trâmite.

Paralelamente aos processos de credenciamento da IES, unificação de mantidas e autorizações de cursos, a Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu S. A., através das faculdades mantidas, solicitou, a partir da conclusão de 50% da carga horária mínima de cada curso, o reconhecimento dos mesmos. Foram reconhecidos 11 dos 13 cursos oferecidos pelas três faculdades mantidas. Os outros dois cursos (Biomedicina e Educação Física - Bacharelado) tiveram seus processos de reconhecimento solicitados em 2011.

O quadro a seguir resume a situação atual de cada curso:

CURSO	AUTORIZAÇÃO	RECONHECIMENTO
Administração	1.701 de 01/08/2001	Portaria nº 270 de 03/04/2017 – DOU 04/04/2017
Agronomia	4.166 de 02/12/2005	Portaria nº 135 de 01/03/2018 – DOU 02/03/2018
Arquitetura e Urbanismo	603 de 09/10/2014	Pedido a ser realizado em 2018
Biomedicina	1.020 de 04/12/2008	Portaria nº 135 de 01/03/2018 – DOU 02/03/2018
Direito	543 de 22/02/2005	Portaria nº 270 de 03/04/2017 – DOU 04/04/2017



Educação Física Bacharelado	1.019 de 04/12/2008	Portaria nº 135 de 01/03/2018 – DOU 02/03/2018
Educação Física Licenciatura	13 de 04/01/2002	Portaria nº 1.094 de 24/12/2015 – DOU 28/12/2015
Enfermagem	12 de 04/01/2002	Portaria nº 315 de 02/08/2011 – DOU 03/08/2011
Engenharia Civil	180 de 08/05/2013	Portaria nº 1012 de 25/09/2017 – DOU 27/09/2017
Engenharia Elétrica	536 de 25/08/2014	Pedido a ser realizado em 2018
Engenharia de Produção	152 de 02/04/2013	Em trâmite no e-mec Protocolo 201714276
Engenharia Mecânica	278 de 19/12/2012	Portaria nº 577 de 09/06/2017 – DOU 12/06/2017
Farmácia	3.769 de 19/12/2003	Portaria nº 01 de 06/01/2012
Fisioterapia	2.540 de 06/09/2002	Portaria nº 135 de 01/03/2018 – DOU 02/03/2018
Medicina Veterinária	3.920 de 14/11/2005	Portaria nº 135 de 01/03/2018 – DOU 02/03/2018
Nutrição	14 de 04/01/2002	Portaria nº 135 de 01/03/2018 – DOU



		02/03/2018
Psicologia	632 de 28/11/2013	Em trâmite no e-mec Protocolo 201714278
Serviço Social	3.770 de 12/12/2003	Portaria nº 42 de 05/02/2014
Sistemas de Informação	1.679 de 01/08/2001	Portaria nº 794 de 14/12/2016

2.1 MISSÃO INSTITUCIONAL

As Faculdades Integradas do Vale do Iguaçu foram criadas com a missão, ainda atual, de ser uma instituição de referência no Estado, assumindo o compromisso institucional de promover o desenvolvimento educacional e social da região, por intermédio da oferta de um ensino de qualidade em diferentes áreas do conhecimento, integrada à iniciação à pesquisa e à extensão. São valores da Instituição: autonomia, cidadania, compromisso social, ética e respeito à diversidade.

2.2 DIRETRIZES PEDAGÓGICAS GERAIS DA INSTITUIÇÃO

As Faculdades Integradas do Vale do Iguaçu, mantida pela Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu tem por objetivo a formação de profissionais de nível superior competentes e aptos a participar no processo de desenvolvimento da sociedade. Para tanto, promove ações visando à qualidade e a excelência na formação, respeitando e considerando a importância do compromisso social.

O homem age na realidade em que vive e, nessa relação, busca compreendê-la utilizando-se de diversas formas de mediação. Nessa perspectiva, a aprendizagem reflete um processo de aquisição e reconstrução do conhecimento, que se dá pela constante mediação entre sua representação teórica e a prática



social.

Assumindo essa perspectiva, as Faculdades Integradas do Vale do Iguaçu de União da Vitória elegem como eixo central de suas diretrizes pedagógicas a aprendizagem em sua relação dialética com o ensino. Entende-se o aluno como sujeito de sua própria aprendizagem, capaz de, numa ação deliberada e consciente, buscar o domínio dos conteúdos necessários à vida cidadã e à profissionalização. Para isso, mais do que dominar enorme massa de conteúdos e técnicas, o estudante deverá aprender a se relacionar com o conhecimento de forma ativa, construtiva, criadora e ética.



3 OBJETIVOS DA AUTOAVALIAÇÃO

3.1 OBJETIVO GERAL

Realizar a autoavaliação e processos internos de avaliação das Faculdades Integradas do Vale do Iguaçu, com base nos princípios do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), bem como nas demandas dos Parâmetros Curriculares para o Ensino Superior, visando a participação da comunidade no processo de produção de reflexões e informações sobre o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão, para conhecer, compreender e orientar as ações constituidoras de potencialidades e corrigir as fragilidades identificadas, buscando, sempre, a melhoria da qualidade da instituição.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Implantar um ciclo avaliativo de dois anos de autoavaliação como forma de garantir a qualidade contínua dos processos de ensino, pesquisa e extensão, por meio da análise diagnóstica;
- Promover ações de sensibilização e de troca de experiências entre a comunidade acadêmica e a CPA;
- Aprimorar constantemente o processo avaliativo, assim como o instrumento de avaliação, de forma que proporcione o envolvimento dos diferentes setores da IES e da comunidade;
- Produzir conhecimentos sobre a atual situação das Faculdades Integradas do Vale do Iguaçu, que possam contribuir para a melhoria da qualidade das dimensões do ensino, pesquisa, extensão e gestão;



- Apresentar informações advindas da autoavaliação para que possam subsidiar o planejamento das ações da instituição e a integração da faculdade com a sociedade;
- Estimular um processo constante de reflexão no interior da Faculdade, a partir dos dados identificados por meio da autoavaliação, necessários à melhoria da qualidade da IES;
- Conduzir o processo de avaliação interna da IES, por meio de um simulado de caráter diagnóstico;
- Acompanhar e participar, sempre que possível, das ações oriundas do processo de autoavaliação institucional, bem como da avaliação interna, que objetivam superar as fragilidades identificadas.



4 METODOLOGIA DA AUTOAVALIAÇÃO

A Comissão Própria de Avaliação tem discutido amplamente a importância de uma definição específica e centrada de avaliação como subsídio para o processo metodológico que incorpora este projeto, bem como o trabalho a ser realizado pela CPA no decorrer das suas atividades. Porém, sem esquecer que a concepção de avaliação deve sempre ir além da visão tradicional, que focaliza o controle externo do produto, ou parâmetro avaliado, mediante a notas ou conceitos, para ser compreendida como parte integrante do processo educacional, estrutural e de gestão.

4.1 SIMULADO “DIA E NOITE DA AVALIAÇÃO” COMO NOVO SUBSÍDIO PARA O PROCESSO AVALIATIVO

A Comissão Própria de Avaliação e juntamente com a Direção Geral das Faculdades Integradas do Vale do Iguaçu (Uniguaçu) em 2014, preocupados com a melhora do desempenho do ensino-aprendizagem discutiram sobre a constituição de um novo instrumento de avaliação, o qual ficou denominado “Dia e Noite da Avaliação (DNA)”, acordou-se, então, que sua aplicação seria semestral, em forma de simulado contendo questões produzidas pelos professores das disciplinas ministradas nos cursos.

Além da criação de um simulado, foi necessário a constituição de um núcleo que se responsabiliza pelo desenvolvimento das atividades em conjunto com a CPA. Desse modo foi constituído o Núcleo de Orientação e Planejamento do Ensino Superior da Uniguaçu (NOPELU), que funciona como uma comissão interdisciplinar ligada à CPA e à Coordenação Acadêmica IES e tem como objetivo geral orientar, planejar e executar processos de melhoria do ensino-aprendizagem de todos os cursos da Instituição, assessorando os coordenadores de Curso e a Direção no



arrolar de suas atividades didático-pedagógicas centradas no ensino, pesquisa e extensão.

Assim foram criadas regulamentações para a aplicação do simulado bem como para a análise dos dados obtidos, os quais se entrecruzam com os dados da autoavaliação institucional aplicada semestralmente.

O caderno de prova é composto por 40 (quarenta) questões, sendo dividido em formação geral (conhecimentos gerais) que são as 10 (dez) primeiras questões, sendo 8 (oito) objetivas e 2 (duas) discursivas, e formação específica, sendo as 30 (trinta) últimas questões, 27 (vinte e sete) objetivas e 3 (três) discursivas. A prova de formação geral contempla os seguintes objetos do conhecimento: cultura e arte; inovação tecnológica; ciência, tecnologia e sociedade; democracia, ética e cidadania; ecologia; globalização e política internacional; políticas públicas: educação, habitação, saneamento, saúde, transporte, segurança, defesa e questões ambientais; relações de trabalho; responsabilidade social: setor público, privado e terceiro setor; sociodiversidade e multiculturalismo: violência, tolerância/intolerância, inclusão/exclusão e relações de gênero; Tecnologias de Informação e Comunicação; vida urbana e rural. A prova de formação específica abordará os conteúdos das disciplinas de todos os períodos em que o curso esteja em funcionamento.

Para que se tenha um bom desempenho dos alunos, o caderno de provas prevê a organização das questões da seguinte forma: questões de formação geral serão as primeiras, começando pelas discursivas, na sequência serão colocadas as questões de formação específica, iniciando pelas discursivas. O caderno de provas assim é organizado:



QUESTÕES	TIPOS/ÁREAS
1 e 2	Discursivas de Formação Geral.
Da 3 a 10	Objetivas de Formação Geral.
11, 12 e 13	Discursiva de Formação Específica.
Da 14 a 40	Objetivas de Formação Específica.

Foram aplicados 5 (cinco) simulados, em 2014.2, 2015.1 e 2015.2, 2016.1 e 2016.2 os quais renderam dados para análise, que foram apresentados em seminários para cada curso de graduação. A partir de 2017 foi aplicado apenas um Simulado o qual acontecerá no primeiro semestre, para que o processo analítico possa ser mais amplo. Além das análises e verificações dos desempenhos dos estudantes, há toda uma reestruturação do processo de ensino-aprendizagem a partir do desenvolvimento de análises periódicas nos Planos de Ensino e Ementas das disciplinas, bem como nos Projetos Pedagógicos de Curso. O simulado se transformou em uma ferramenta de análise do ensino-aprendizagem, a qual é casada com dados da avaliação institucional para que se verifique as fragilidades e as transforme em potencialidades.

A CPA auxilia no processo de mensuração dos dados e análises dos simulados, realizando a interconexão com as questões aplicadas no instrumento avaliativo dos discentes buscando as fragilidades para que as transformar em potencialidades.

Abaixo seguem alguns dados da aplicação dos simulados no período de 2014.2 a 2017.1:



Anos	Número de acadêmicos que realizaram a prova	Total de acadêmicos na IES	Porcentagem em relação ao total de acadêmicos
2014.1	2281	2.950	77,32%
2015.1	3085	3587	86,01%
2015.2	2453	3450	71,10%
2016.1	3013	4074	73,96%
2016.2	2741	3788	72,36%
2017.1	3964	4272	92,79%

Segundo Brasil (2001, p. 83) a avaliação contínua do processo de aprendizagem acaba por “subsidiar a avaliação final, isto é, se o professor acompanha o aluno sistematicamente ao longo do processo pode saber, em determinados momentos, o que aluno já aprendeu”. Então essa é a ideia do desenvolvimento do simulado, a apresentação de subsídios para que os professores possam desenvolver seus trabalhos em sala de aula, tendo um parâmetro real e eficaz para aprimorar as potencialidades e sanar as fragilidades do ensino-aprendizagem.

Para Luckesi (2002), a avaliação, diferentemente da verificação, envolve um processo que ultrapassa a obtenção da configuração do objeto, exigindo decisão do que fazer com ele, principalmente no que tange à Avaliação Institucional.

Assim, acreditando na concepção de avaliação apresentada por Luckesi (2002), estabelecemos o processo avaliativo num período de dois anos, compondo um ciclo, tendo os parâmetros apresentados pelo SINAES como base, respeitando o a legislação em vigor, bem como as normas estabelecidas pelo trabalho com o simulado interno, de cunho diagnóstico (processo interno de avaliação).

Esse projeto foi desenvolvido com base na análise das avaliações institucionais dos alunos, professores e funcionários de anos anteriores, tracejada pela análise dos dados que foram coletados e analisados de meio do processo quantitativo e qualitativo. Durante o ciclo de dois anos serão consideradas quatro etapas: (i) a primeira centrada na preparação do processo avaliativo, partindo da



análise, discussão e preparação dos dados captados nas avaliações (autoavaliação e simulado) anteriores, como forma de subsídio para ao aprimoramento do processo avaliativo; (ii) aplicação da autoavaliação e do simulado; (iii) captação dos dados, filtragem e produção de relatórios; (iv) seminários de socialização com todos os estudantes, professores e funcionários (tanto da autoavaliação como do simulado).

As quatro etapas levarão, sempre, em consideração a missão e a visão da IES, provocando um olhar reflexivo sobre si mesma, através da globalização dos processos sociais, pedagógicos, de extensão e científicos da IES. O objetivo é identificar as possíveis fragilidades e potencialidades da Faculdade, de modo a orientar e regular as ações que possibilitem o seu fortalecimento.

Ao longo de todo o ciclo, haverá o desenvolvimento de ações que constituem a dinâmica e funcionamento da CPA, sendo elas:

- Renovação da Comissão Própria de Avaliação, sempre que for preciso;
- Reuniões semanais e mensais, ordinárias ou não, dos membros da comissão e extraordinárias, quando necessárias;
- Reuniões com as representações setoriais para discutir o projeto proposto e para auxiliarem a CPA nos trabalhos de divulgação e sensibilização da comunidade para a participação no processo de autoavaliação, bem como para a participação do simulado diagnóstico;
- Acompanhamento das avaliações de conhecimento e renovação de reconhecimento de cursos;
- Verificação e análise da visão da comunidade externa em relação à IES, principalmente levando em consideração os projetos de extensão;
- Auxílio aos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE), sempre que solicitado na elaboração de propostas de instrumentos de avaliação para os cursos, com vistas ao cumprimento dos documentos internos da IES, como base na legislação vigente;



- Discussões sobre o processo avaliativo da Faculdade por meio de seminários;
- Construção do projeto de autoavaliação nos períodos competentes;
- Definição e planejamento dos recursos necessários para o desenvolvimento dos processos de autoavaliação;
- Acompanhamento do acesso aos meios de comunicação da CPA (página no Facebook, página da IES, Gazeta Uniguaçu, Informativo da CPA);
- Sensibilização da comunidade interna e externa acerca da importância da participação nos processos avaliativos para a melhoria da qualidade das Faculdades Integradas do Vale do Iguaçu. Esse processo de sensibilização inclui a organização de encontros mais frequentes com os discentes; a participação, em todo o início de semestre letivo, na semana pedagógica, semana de recepção aos calouros e nos demais seminários de integração da IES;
- Trocas de experiências em seminários das CPAs;
- Desenvolvimento de estratégias junto ao desenvolvimento do Simulado Dia e Noite da Avaliação, como mensuração do processo de ensino-aprendizagem;
- Organização de assessoria aos cursos para o desenvolvimento de instrumentos avaliativos dos cursos.

As ações apresentadas farão parte da dinâmica de trabalho da CPA e por isso perpassarão todo o processo ao longo do ciclo de dois anos. Além destas ações, a seguir estão descritas as demais atividades que serão desenvolvidas em cada uma das quatro etapas para o ciclo avaliativo, que levará em consideração os cinco eixos que compreendem as dez dimensões de análise.



4.2 PRIMEIRA ETAPA DO CICLO AVALIATIVO: REPENSAR OS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

A preparação para o processo avaliativo deve levar em consideração todos os dados captados nas avaliações anteriores, para que o instrumento seja repensado, reformulado e rediscutido. A aplicação de um instrumento que mostre as verdadeiras fragilidades e potencialidades deve primar pela precisão dos dados, bem como prever as soluções para as indagações dos membros da comunidade acadêmica. Para tanto, o processo de avaliação preverá dois instrumentos: a autoavaliação institucional aplicada em forma de questões direcionadas aos acadêmicos, professores e funcionários de forma semestral; e o simulado de cunho diagnóstico, denominado de Dia e Noite de Avaliação (DNA), aplicado somente aos acadêmicos, com uma prova em estilo ENADE, configurada com base nos conteúdos programáticos de cada curso.

As principais atividades desenvolvidas nessa etapa serão:

- Análise das fragilidades e potencialidades identificadas nos relatórios 2013-1 e 2013-2, 2014-1 e 2014-2, 2015-1 e 2015-2, bem como no simulado diagnóstico 2014-2, 2015-1 e 2015-2, 2016-1, 2016-2, 2017-1 e 2017-2;
- Acompanhamento das ações propostas pela direção e pelos colegiados, em conjunto com a CPA, para sanar as fragilidades e firmar as potencialidades;
- Rediscussão dos instrumentos de avaliação;
- Envolvimento dos membros discentes da CPA com o corpo de alunos;
- Elaboração do relatório parcial de autoavaliação e do DNA;
- Seminário de apresentação dos resultados realizando o entrecruzamento com os resultados da autoavaliação institucional.



4.3 SEGUNDA ETAPA DO CICLO AVALIATIVO: CONSTITUIÇÃO DA METODOLOGIA DE APLICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS AVALIATIVOS

Após repensar a prática avaliativa por meio das discussões, bem como verificar os pontos de fragilidade nos instrumentos e realizar as adaptações necessárias, a aplicação dos instrumentos é de suma importância, em conformidade com o calendário acadêmico. Assim, a metodologia de aplicação também é repensada com base na análise das fragilidades e potencialidades.

As principais ações realizadas serão:

- Planejamento de metodologias de aplicação dos instrumentos avaliativos, visando à mensuração dos dados a serem coletados;
- Reuniões com colegiados e Núcleos Docentes Estruturantes;
- Reunião com representantes de turma;
- Aplicação do questionário da autoavaliação;
- Aplicação de um questionário socioeconômico e na sequência o simulado diagnóstico;
- Avaliação das metas do Plano de Desenvolvimento Institucional;
- Coleta de todos os dados e preparação de relatório parcial dos instrumentos avaliativos;
- Calendário diferenciado para a autoavaliação e a realização do DNA;
- Calendário de reuniões quinzenais da CPA, com uma parte da reunião aberta para os interessados em participarem.

A aplicação dos questionários de autoavaliação será realizada da seguinte maneira:

- Para discentes e professores: o processamento das respostas será via sistema on-line desenvolvido pela CPA em conjunto com o TI;
- Para funcionários e colaboradores: as respostas serão realizadas manualmente em folhas timbradas e identificadas, para facilitar o



processamento das respostas. Na sequência, os dados serão catalogados em um sistema on-line desenvolvido pelo TI/CPA.

4.4 TERCEIRA ETAPA DO CICLO AVALIATIVO: CAPTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Essa etapa consiste em olhar para si mesmo, para que haja compreensão das possíveis fragilidades e potencialidades da IES, através da mensuração dos dados de forma reflexiva/diagnóstica. Para isso, é preciso pensar de forma coletiva em ações e possíveis soluções para as fragilidades.

A CPA separará os dados de cada instrumento avaliativo, já que cada um tem um objetivo, de um lado a autoavaliação institucional que tem por objetivos:

- Desenvolver a cultura avaliativa que atenda a interesses da comunidade, respeitando os objetivos da avaliação formativa e diagnóstica;
- Produzir conhecimento;
- Questionar os sentidos das atividades e finalidades da instituição;
- Identificar as causas de problemas e deficiências;
- Aumentar a consciência pedagógica e capacitação profissional dos docentes e funcionários;
- Fortalecer relações de cooperação entre os atores institucionais;
- Julgar a relevância científica e social das atividades e produtos da instituição;
- Prestar contas à sociedade;
- Efetivar a vinculação da instituição com a comunidade;
- Fortalecer o processo de ensino-aprendizagem por meio da análise dos dados, principalmente por meio do entrecruzamento dos dados da Autoavaliação e do Simulado (DNA).



De outro lado, o DNA que tem por objetivo orientar o planejamento dos processos avaliativos dos cursos da Instituição, por meio da implementação de simulados semestrais, visando a qualidade educacional e profissional dos discentes. Assim, centra-se no desenvolvimento das habilidades básicas dos educandos para a realização de provas de concursos e, principalmente, do ENADE, bem como concentra atenções para o processo de ensino-aprendizagem dentro dos cursos de graduação da instituição.

4.5 QUARTA ETAPA DO CICLO AVALIATIVO: SOCIALIZAÇÃO DOS DADOS POR MEIO DE SEMINÁRIOS

A principal prática de socialização dos dados deverá ser por meio seminários com a participação de estudantes, professores, funcionários e colaboradores para que haja a discussão e o encaminhamento de ações que possam combater as fragilidades e fortalecer as potencialidades.

Para tanto, serão previstas as seguintes atividades:

- Reunião com os coordenadores de cursos para discussão preliminar dos dados e agendamento do seminário;
- Reunião com os coordenadores de setores da IES para discussão preliminar dos dados e agendamento do seminário;
- Realização dos seminários da CPA, autoavaliação e do simulado com os alunos e professores, bem como com os funcionários/colaboradores.



5 CRONOGRAMA DA AUTOAVALIAÇÃO

Atividades	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Primeira etapa do ciclo avaliativo	X	X				X	X		X	X
Segunda etapa do processo avaliativo		X	X	X				X		
Terceira etapa do processo avaliativo				X	X			X	X	X
Quarta etapa do processo avaliativo						X			X	



6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por sua própria natureza, a instituição de educação superior traz em sua constituição uma realidade histórica, social e cultural. Tem compromisso e responsabilidade com a sociedade, com a cultura, o que implica em sua inserção no largo campo da(s) ciência(s). Origina-se daí a motivação para o estabelecimento do enfoque na avaliação institucional, como uma das principais características evidenciadas no contexto das políticas públicas nos últimos anos, como processo para a busca da qualidade, por meio do conhecimento científico. O processo avaliativo permite à IES buscar a compreensão de seus problemas, por meio de uma avaliação diagnóstica, centrada no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, bem como da qualidade da infraestrutura e dos serviços prestados pela Instituição. Desse modo, as Faculdades Integradas do Vale do Iguaçu possuem intencionalidades em relação à sociedade, constituída por culturas diversas e com visões de um mundo plural, complexo, universal. Hoje, para podermos estabelecer níveis de qualidade de uma IES é necessário conhecê-la, por meio de avaliação interna e externa.

Nesse contexto, que demanda questionamentos contínuos e centrados, a avaliação tomou forma de medida de eficiência processual, na busca de significados para a qualidade das ações desenvolvidas na IES, na busca do real significado que possui enquanto instituição social. Assim, atendendo à necessidade de sua estruturação, principalmente a partir do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), por meio da Lei nº 10.861, em 14 de abril de 2004.

Mesmo a autoavaliação sendo um processo diagnosticador de potencialidades e fragilidades, não podemos considerá-lo com um aparato sem falhas, pois mesmo sendo contínuo, revisado e reformulado alguns detalhes ainda escapam da análise. Mas autoavaliação garante um autoconhecimento institucional que a avaliação interna proporciona é uma oportunidade de (re)conhecer, em sua



totalidade, a realidade, as contradições presentes nas diversas instâncias e atividades que dão corpo e forma à IES, por meio dos olhares de todos aqueles que a compõem.

A CPA busca, por meio do processo democrático e descentralizador o autoconhecimento institucional que a avaliação interna proporciona é uma oportunidade de (re)conhecer, em sua totalidade, a realidade, as contradições e as 4 mediações presentes nas diversas instâncias e atividades que dão corpo e forma à IES, por meio dos olhares de todos aqueles que a compõem.

Conforme orienta a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), órgão coordenador e supervisor do SINAES, um processo avaliativo relevante e significativo contempla o núcleo constitutivo comum a todas as IES, além dos temas que explicitam a realidade de cada instituição. A avaliação institucional deve também levar em conta a documentação, os dados e os indicadores, subsídios que visam contribuir com a interpretação e as análises dos resultados obtidos no processo avaliativo. O desenvolvimento desse processo é realizado pela CPA, que, conforme estabelece a Lei nº 10.861/2004, do SINAES, em seu artigo 11, é a instância específica de avaliação das IES.

Durante os processos de autoavaliação institucional houve o engajamento de todos dos setores da IES, principalmente dos coordenadores de curso, na garantia da participação dos alunos no desenvolvido da autoavaliação, desde o processo inicial até a divulgação do resultado final.

Isso comprova, portanto, que todos estamos sujeitos aos processos avaliativos, sempre na busca de mudanças na qualidade do que pretendemos alcançar, realizando, de forma diagnóstica, a compreensão dos dados obtidos para que haja compreensão das potencialidades e reanálise das fragilidades. Com a IES não é diferente. Os componentes da CPA sempre desenvolveram seus trabalhos por meio do aspecto humano/social, levando em consideração que o processo de avaliar



possui o sentido eminentemente humano de refletir, de formar e de mudar. É isso que significa autocrítica, autoavaliação e autoconhecimento.



REFERÊNCIAS

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 13^o ed. São Paulo: Cortez, 2002.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. 3 ed. Brasília: A Secretaria, 2001.

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO. **Relatórios de autoavaliação institucional 2013-1**. Faculdades Integradas do Vale do Iguaçu (Uniguaçu), 2013.

_____. **Relatório de autoavaliação institucional 2014-1 a 2016-2**. Faculdades Integradas do Vale do Iguaçu, 2016.

NÚCLEO DE PLANEJAMENTO E ORIENTAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR. **Relatórios do Simulado Dia e Noite da Avaliação (DNA) 2014-2016**. Faculdades Integradas do Vale do Iguaçu, 2014-2016.